



Depois de ouvir o Conselho Político, Sarney decidiu pelo envio da mensagem ao Congresso sobre a Constituinte

Sarney convoca Constituinte

O presidente José Sarney enviará mensagem ao Congresso, propondo a transformação dos parlamentares eleitos no pleito de 15 de novembro do próximo ano em constituintes, estabelecendo desta forma a criação da Assembleia Nacional Constituinte. O prazo não foi fixado, mas o envio da mensagem deverá ocorrer até o dia 15 de junho, precedida da formação da comissão da Constituinte, segundo decidiu ontem o chefe do governo, depois de reunião de mais de uma hora com o conselho político.

A iniciativa do Executivo não causa desprestígio ao Congresso e reflete o interesse específico do governo por uma questão importante e que faz parte do compromisso da Aliança Democrática, de acordo com o líder pemedebista Pimenta da Veiga. A mensagem presidencial deverá ser votada no segundo semestre sem regime de urgência e o presidente Sarney manterá antes contatos com as lideranças de todos os partidos, por se tratar de uma questão de interesse nacional.

Com a decisão do governo, ficarão prejudicadas as emendas dos deputados Gastone Righi (PTB-SP) e Alberto Goldman (PMDB-SP) já em tramitação com a mesma proposta, que não podem ser mais retiradas. No entanto, segundo previsão de Pimenta da Veiga, não haverá quorum para apreciação da matéria. A Constituinte é soberana e o Executivo não poderia deixar de participar diretamente de sua convocação, disse o líder do PMDB, frisando que a nova carta será duradoura, porque elaborada com tranquilidade e atendendo aos requisitos técnicos e políticos, enquanto as demais foram elaboradas a partir de rupturas do processo constitucional.

O líder do governo, senador Fernando Henrique Cardoso, admitiu que antes do envio da mensagem haverá reunião dos líderes parlamentares, visando à consolidação do regime democrático, como parte do pacto político proposto pelo presidente Sarney e em fase de execução. Reiterou o parlamentar que não se trata de apoio ao governo especificamente, mas sim à sociedade brasileira, pois a consolidação da democracia e a elaboração da nova Constituição correspondem ao interesse de toda a Nação. Todos os setores políticos serão ouvidos, o desejo é de um grande debate nacional em torno da Constituinte, frisou o senador.

Estimulador

O pacto não será uma conciliação, mas sim uma troca de idéias entre todos os segmentos sociais dentro dos princípios democráticos. Por isso, também não há um coordenador específico, além do presidente José Sarney, enquanto o deputado Ulysses Guimarães funcionará como estimulador, segundo o senador Fernando Henrique. Há alguns problemas técnicos ainda não definidos, segundo o parlamentar, como o respeito de serem ou não transformados em constituintes os senadores eleitos em 1982.

O conselho político do governo debate também a questão da eleição municipal em dois turnos e, segundo o líder Pimenta da Veiga, a tendência é pela fixação nesta fórmula. No entanto, algumas particularidades deverão ser estudadas, como dois turnos para as estâncias hidrominerais e antigas áreas de segurança e um turno para as capitais ou cidades que tenham acima de determinado número de eleitores.

A questão do reajuste das prestações do BNH foi também abordada pelos líderes da Aliança Democrática com o presidente Sarney, no entanto, sem a fixação de números. Os valores do reajuste serão fixados de acordo com a sensibilidade social e política do governo, disse o deputado Pimenta da Veiga. Participaram da reunião com o presidente Sarney os senadores Carlos Chiarelli, Fernando Henrique Cardoso e Humberto Lucena, e os deputados Pimenta da Veiga e José Lourenço, além do chefe do Gabinete Civil, ministro José Hugo Castelo Branco.

Governo remove já entulho autoritário

A próxima meta do governo para remover o chamado entulho autoritário, para a preparação da Constituinte, em 86, serão as reformas na Lei de Segurança Nacional (LSN), Lei de Informação — mais conhecida como Lei de Imprensa —, e a Lei de Greve. Esta informação foi prestada, ontem, pelos senadores Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do governo no Congresso Nacional; Humberto Lucena (PB), líder do PMDB e do governo no Senado e pelo deputado Pimenta da Veiga (MG), líder do PMDB na Câmara.

Cardoso, Lucena e Veiga participaram ontem da reunião do Conselho Político, com o presidente José Sarney. Esse Conselho reúne-se sempre às terças-feiras, às 11 horas, no Palácio do Planalto. Na reunião de ontem, eles discutiram, ainda, as questões dos reajustes do Banco Nacional de Habitação (BNH), as eleições em dois turnos e o pacto político. Segundo Veiga, os reajustes do BNH vão cair, mas ele não soube precisar os percentuais.

Pacto

Quanto ao pacto político, que muitos políticos definem como "uma coisa vaga e sem contornos", o senador Fernando Henrique Cardoso garante exatamente o contrário. "O pacto — disse ele — é o acerto entre todos os partidos. Acerto não para apoiarem o governo, mas sim

uma ação unitária política de apoio à consolidação da democracia brasileira".

— Os partidos — acrescentou Cardoso — se organizam para representar a sociedade. Os partidos se organizam para expressar o sentimento geral da sociedade. Desta forma, eles formam um pacto político de apoio à democracia, não ao governo. Mesmo porque o governo necessita de partidos na oposição, como é comum num regime democrático. Nós não estamos pedindo que a oposição abdique do seu papel. Estamos pedindo, isto sim, apoio de todos os partidos para a consolidação da democracia brasileira.

Lei de greve

Quanto à Lei de Greve, o senador Fernando Henrique informou que esta questão "será trazida para uma reunião do Conselho Político, para que ele se posicione diante dela. A intenção é criar uma maior flexibilidade para juntar a greve com a negociação, num dado momento.

Quanto aos chamados "setores essenciais", onde não pode haver greves — pela atual legislação —, o líder do Governo, no Congresso Nacional garantiu que essa definição é vaga, genérica e que haverá um exame detalhado do assunto, para que esses "setores essenciais" sejam claramente definidos. "Nós não sabemos o que são esses setores", afirmou Fernando Henrique Cardoso.

Constituição duradoura

O líder do governo no Congresso Nacional, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), afirmou ontem, após ter participado da reunião do Conselho Político com o presidente José Sarney, que a nova Constituição brasileira será duradoura e eliminará todos os casuismos atualmente existentes, "porque será essencialmente democrática. Para isso, nós estamos retirando todos os entulhos autoritários do caminho da Constituinte", enfatizou.

Por outro lado, Fernando Henrique disse que a mensagem que o presidente Sarney enviará ao Congresso Nacional ainda na primeira semana de junho não vai atropelar as emendas dos deputados Alberto Goldman (PMDB-SP) e Gastone Righi, líder do PTB na Câmara. A emenda Goldman foi absorvida pela emenda Righi e tem

prazo de 12 de junho para ir a plenário. Mas como o presidente Sarney deverá enviar a sua mensagem antes, essa emenda ficará prejudicada.

Tarefa Coletiva

Também o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, e o líder do partido no Senado, senador Humberto Lucena, acreditam que a mensagem de Sarney não vai atropelar a emenda Righi. "A tarefa de mudar a Constituição brasileira é uma tarefa de toda a sociedade brasileira", lembrou Pimenta da Veiga, citando o ex-presidente Tancredo Neves.

Por sua vez, Fernando Henrique afirmou que o desejo de mudança constitucional e a convocação da Constituinte "é um desejo da Aliança Democrática e nesse sentido existe inclusive um compromisso feito à Nação.

Emenda Gastone sem apoio

"Ninguém pode querer limitar a Constituinte depois dela instalada, pois ela não terá poderes especiais, mas plenos poderes. Ela será soberana". Com esta declaração o líder Pimenta da Veiga sepultou a emenda Gastone Righi (PTB-SP) que já está com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, não poderá ser emenda e por isso mesmo não terá o apoio dos partidos do governo.

Trata-se de uma posição já definida pelo PMDB e também pelo PFL, logo, a emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte do deputado Gastone Tighi, não deverá ser aprovada no dia 12, como deseja o líder do PTB.

Pimenta da Veiga adiantou que será realizado um plebiscito nacional para decidir se os senadores que foram eleitos em 1982 participarão ou não da Assembleia Nacional Constituinte, uma vez que eles não foram eleitos para elaborar uma nova Constituição.

Falando sobre a questão de dois turnos para as eleições de novembro deste ano, Pimenta da Veiga disse que o PMDB e o

PFL apoiarão a proposta explicando que eleição em dois turnos está no texto constitucional e sua extensão às eleições das capitais será feita na regulamentação das disposições eleitorais que deverá ser votada até o dia 15 de junho.

Para o líder do governo o pacto político já está sendo executado assim como a discussão que a sociedade brasileira está travando sobre a Assembleia Nacional Constituinte que é um fato de mais alta importância para a democracia brasileira.

Para Pimenta da Veiga o governo está empenhado na convocação da Assembleia Nacional Constituinte, mas afirma que esta convocação não irá esvaziar o pacto político.

O líder disse desconhecer qualquer discrepância entre as posições do presidente da República e do presidente da Câmara dos Deputados sobre o pacto político. "Tanto o presidente José Sarney quanto o deputado Ulysses Guimarães estão empenhados num acordo político de sustentação da democracia brasileira, logo não se pode entender como haver divergências entre eles", ressaltou.

Eleição em dois turnos gera polêmica

Crece a polêmica em torno da realização este ano de eleições para as prefeituras de capitais em dois turnos: no Conselho Político do governo a tendência apurada é de apoio a proposta, a Executiva Nacional do PMDB toma uma posição hoje pela manhã e a tarde a bancada do Partido na Câmara, mas a Executiva Nacional da Frente Liberal recomenda a rejeição, preocupada com os efeitos deste sistema eleitoral no Nordeste. O PDS, o PDT e o PTB são contra. O PT e o PCB a favor.

O PDT que joga sua grande cartada no Rio de Janeiro, avaliando que uma derrota seria um importante obstáculo à candidatura presidencial do governador Leonel Brizola na sucessão do presidente José Sarney, está bastante empenhado na derrota dos dois turnos, proposta aprovada por maioria de votos na comissão interpartidária. O PTB era inicialmente a favor, mas já recua por temer, a exemplo do PDT no Rio, uma coligação no segundo turno de forças poderosas contra o seu candidato à Prefeitura de São Paulo, o ex-presidente Jânio Quadros.

A situação do PDS é singular: o Partido, bastante desgastado com a perda do poder enfrenta, agora, eleições em áreas onde nunca teve bom desempenho eleitoral — as capitais — e suas esperanças concentram-se na divisão de votos entre os diversos partidos.

Na Aliança Democrática, a proposta foi recebida inicialmente com simpatia. A idéia era uma coligação das forças governistas no segundo turno. Amovimentação, na prática, demonstrou não ser bem assim. No Nordeste, região onde são mais brtes não é fácil a união eleitoral com o PMDB. Sergipe, onde está bem encaminhado um acordo em torno da candidatura pemedebista do deputado Jackson Barreto à Prefeitura de Acaju é praticamente uma exceção.

No PMDB, segundo o deputado Pimenta da Veiga, os dois turnos têm o apoio da maioria. O presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, também se diz a favor, mas o deputado Roberto Cardoso Alves, que se empenha no combate à direção do PMDB, assegura que não é bem assim.

O PT e o PCB, que estão anunciando sua disposição em disputar as eleições municipais deste ano, são favoráveis aos dois turnos, pois elas evitam no primeiro escrutínio polarização entre os candidatos mais fortes. Com isto, crescem suas chances de um melhor desempenho.

Toda a Câmara será renovada

A Assembleia Nacional Constituinte vai permitir a total renovação das 476 vagas existentes na Câmara dos Deputados, além de renovar dois terços do Senado — que tem 69 senadores e todas as Câmaras de Vereadores, além dos governos dos Estados. O objetivo maior dos constituintes será a elaboração de uma nova Constituição brasileira, compatível com a nova realidade política do País.

E enquanto o Governo não envia ao Congresso Nacional a sua mensagem que convoca a Constituinte, continuam em andamento os trabalhos da comissão pré-constituinte, que será presidida pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco. A nível de Congresso Nacional, esta comissão será coordenada pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara e do PMDB.

Uma vez instituído o poder constituinte, os trabalhos de reforma constitucional comecarão a ser feitos já na primeira sessão legislativa da próxima legislatura, que vai de 1987 a 1991.